Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Itaguaí

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, pelos seus representantes legais, Decreta e eu Sanciono a seguinte Lei.

L E I Nº.1920/...

Dispõe sobre apreensão de bens em áreas do domínio público.

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a mandar apreender quaisquer bens, inclusive animais, deixados ou encontrados soltos nas áreas de domínio público da zona urbana do Município.

Artigo 2º - Os bens apreendidos serão levados para depósitos da Prefeitura e somente poderão ser liberados após pagamento de multa, correspondente a uma vez o valor da Referência vigente no Município, criado em decorrência do art. 2º da Lei nº 6.205, de 29/04/75.

Artigo 3º - Em se tratando de coisa, se não for reclamada e retirada no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, será considerada abandonada e integrada ao patrimônio Municipal, podendo ser alineada, inclusive doada, a critério do Executivo.

Artigo 4º - Em se tratando de animal, se não for reclamado e retirado no prazo de 07(sete) dias consecutivos, será considerado abandonado, podendo ser alineado, inclusive doado, ou sacrificado, a critério do Executivo.

Artigo 5º - No caso de animais, será cobrado, além da multa, um preço, a ser estabelecido pelo Executivo, em relação a cada dia de permanência do animal sob guarda da Prefeitura.

Artigo 6º - Os bens reclamados e, por qualquer motivo, não retirados, permanecerão aos cuidados da Prefeitura por 60 (sessenta) dias, quando animais, após o que poderão ser vendidos.

Artigo 7º - A multa de que trata o artigo 2º desta lei será dobrada, sempre que o tempo de permanência do bem na Prefeitura ultrapasser o prazo do art. 3º, quando coisas, e do art. 4º, quando animais.

Artigo 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Itaguaí

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUAÍ, 29/11/83

OTONI ROCHA

Prefeito.